



IMGA ALOCAÇÃO MODERADA
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

RELATÓRIO E CONTAS
JUNHO 2021

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS.....	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO	9
ERROS DE VALORIZAÇÃO	11
EVENTOS SUBSEQUENTES	12
NOTAS INFORMATIVAS	13
BALANÇO	16
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	19
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	21
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
RELATÓRIO DE AUDITORIA	33

Relatório de Gestão



NOTA INTRODUTÓRIA

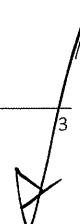
O Fundo foi constituído em 14 de agosto de 1995 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, tendo em 2015 alterado a sua denominação de Millennium Prestige Moderado para IMGGA Prestige Moderado, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

No sentido de aproximar a designação comercial à sua Política de Investimento e facilitar uma mais correta perceção do risco, alterou a sua denominação em 11 de janeiro de 2018, passando a denominar-se IMGGA Alocação Moderada.

Em 26 de outubro de 2018 realizou-se a fusão por incorporação do fundo IMGGA Dedicado Acumulação – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível no fundo IMGGA Alocação Moderada – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 3 de maio de 2021.



SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O primeiro semestre de 2021 foi, em múltiplas dimensões, melhor do que o esperado, não obstante as expectativas elevadas à partida.

Apesar da deterioração da situação pandémica na Europa e em alguns países emergentes, a confirmação dos elevados índices de eficácia das vacinas e a celeridade das vacinações nos países desenvolvidos contribuíram para a antecipação das perspetivas de reabertura das economias. Tal possibilitou a incorporação de menores riscos de *downside* e de sequelas económicas relacionadas com a Covid-19, apesar de “apenas” 24% da população mundial ter recebido, até ao momento, pelo menos uma vacina. Nota ainda para a maior adaptabilidade dos agentes económicos a restrições à mobilidade, o que minimizou o impacto económico das mesmas.

Após uma forte resposta à crise pandémica em 2020, as políticas monetárias dos principais bancos centrais mantiveram-se profundamente expansionistas. A Reserva Federal dos EUA (Fed) manteve o seu ritmo de compras inalterado em 120 mil milhões de dólares/mês, tendo já quase duplicado a dimensão do seu balanço desde o início da pandemia. Apesar da possibilidade de subidas de taxas diretoras em 2023, a retórica continua a incidir quase exclusivamente no objetivo de recuperação económica e do mercado laboral, em oposição aos potenciais riscos inflacionistas.

O continente europeu voltou a estar entre os mais fustigados pela pandemia entre o final de 2020 e o início de 2021. Os riscos económicos relacionados com a reintrodução dos confinamentos justificaram o reforço das compras de ativos pelo Banco Central Europeu (BCE), ao abrigo da flexibilidade do programa PEPP – Pandemic Emergency Purchase Programme, o que contribuiu para a estabilidade das condições financeiras na região.

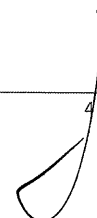
A atuação dos bancos centrais das economias emergentes foi distinta, assistindo-se a várias subidas de taxas diretoras, maioritariamente relacionadas com a trajetória inflacionista, mas que representam uma reversão apenas parcial dos cortes de taxas de juro ocorridos em 2020.

As políticas orçamentais foram globalmente mais expansionistas que o esperado, particularmente nos EUA. O controlo democrata da agenda económica do Congresso dos EUA permitiu a aprovação de um pacote de estímulos económicos de 1.900 mil milhões dólares e negociações bipartidárias para dois outros planos económicos que incluem o investimento em infraestruturas e medidas de carácter social relacionadas com cuidados de saúde, educação, licenças maternidade e de assistência à família. Na Europa, o Plano de Recuperação Europeu foi validado e os planos nacionais subsequentemente aprovados, prevendo-se que o respetivo desembolso se inicie em agosto.

A combinação de perspetivas de reabertura precoce das economias e de políticas monetária e orçamental expansionistas esteve na origem de revisões em alta das estimativas de crescimento económico e da inflação para 2021 e 2022.

Um dos desenvolvimentos de destaque no primeiro semestre de 2021 foi a evolução da inflação. O acréscimo de procura relacionado com a reabertura das economias e as disrupções nas cadeias de abastecimento, a par de efeitos de base e de outros fenómenos temporários, originaram uma aceleração da inflação à escala global.

O enquadramento macroeconómico descrito foi acompanhado por uma propensão para a tomada de risco pelos investidores, ao longo do primeiro semestre de 2021.



As expectativas inflacionistas subiram, o que justificou rendibilidades negativas no rendimento fixo. Este fenómeno revelou-se particularmente penalizador para a dívida governamental. O desempenho da dívida periférica europeia (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) foi ainda assim beneficiado por estreitamentos do prémio de risco face à Alemanha, fruto da atuação do BCE, da criação do Plano de Recuperação Europeu e da evolução favorável das perspetivas económicas para a região.

A melhoria dos fundamentais, a queda dos incumprimentos, os menores volumes de emissões e o suporte da política monetária contribuíram para o estreitamento dos *spreads* do crédito para mínimos históricos, com destaque para a forte compressão nos segmentos de menor qualidade creditícia.

A trajetória de apreciação do dólar, a subida da taxa de juro dos EUA e o menor sucesso na vacinação dos emergentes (e dificuldades na contenção da pandemia) pressionaram o desempenho da dívida de mercados emergentes.

Inversamente, os mercados acionistas assinalaram ganhos pronunciados e generalizados no primeiro semestre de 2021, quase exclusivamente relacionados com perspetivas mais otimistas para os resultados empresariais. A retoma económica global e a subida das expectativas inflacionistas beneficiaram os títulos e os índices de natureza mais cíclica, entre os quais as ações europeias.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia depreciou face à libra britânica e ao dólar, mas valorizou face às divisas de refúgio (iene e franco suíço). O dólar norte-americano esteve em destaque no semestre, impulsionado pelo superior desempenho da economia doméstica e por expectativas de remoção de estímulos pela Fed. Pese embora as valorizações ainda historicamente atrativas, as moedas de mercados emergentes estiveram pressionadas.

A reabertura económica, as disrupções nas cadeias de abastecimento e o desequilíbrio entre procura e oferta resultaram em valorizações expressivas das matérias-primas nos primeiros seis meses do ano. O índice agregado de matérias-primas valorizou mais de 25%. A principal exceção foram os metais preciosos, que se mostraram vulneráveis ao ambiente de subida de taxas de juro.

PRINCIPAIS EVENTOS

Criação da Categoria R e inclusão de novas entidades comercializadoras

Em março foi aprovada pela CMVM a criação de uma nova categoria de unidade de participação (Categoria R) e a inclusão do Bison Bank, S.A. e do Banco Invest, S.A. como novas entidades comercializadoras.

Em abril foi aprovada pela CMVM a inclusão do Banco de Investimento Global, S.A. como nova entidade comercializadora das unidades de participação da categoria R do fundo IMGA Ações Portugal.

Atualizações dos documentos constitutivos dos fundos IMGA

Em fevereiro foi concluído o processo da primeira atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em março, com a entrada em vigor do Regulamento (EU) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho (*Sustainability Finance Disclosure Regulation – SFDR*), os Prospetos dos fundos foram alterados para incorporarem as menções ao risco em matéria de sustentabilidade.

Em maio foi concluída a segunda atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2020.

Ao longo do primeiro semestre de 2021 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 30 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

IMGA Money Market USD – Alteração da política de investimento

A 29 de janeiro foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Money Market USD, por forma a incorporar na sua política de investimento a possibilidade, já prevista na lei, de o fundo poder investir até 100% em ativos emitidos ou garantidos numa única entidade, designadamente até 100% dos seus ativos em instrumentos de mercado monetário emitidos ou garantidos por governos soberanos de Estados-Membro da OCDE, entidades supranacionais e organizações supranacionais onde os Estados Unidos ou pelo menos um Estado-Membro da União Europeia participe.

IMGA Liquidez – Alteração da política de investimento

Em maio foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Liquidez, possibilitando o investimento em títulos de dívida subordinada, até um máximo de 5% do VLGF.

Novos Órgãos Sociais

Foram aprovados pela CMVM os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que compõem os Órgãos Sociais da Sociedade para o mandato 2021/2023.

Fundos de Capital de Risco

No primeiro semestre foram registados pela CMVM quatro novos Fundos de Capital de Risco, estando em fase de preparação a sua constituição.



DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS E PPR

Os fundos multiativos, em que se incluem os fundos com características de Planos de Poupança e Reforma (PPR), obtiveram rendibilidades muito positivas nos últimos 12 meses. Segundo os dados da APFIPP, as performances médias obtidas nestas categorias em Portugal para os últimos 12 meses estiveram contidas num intervalo entre os 4,2% e os 25,1% para os fundos multiativos agressivos.

A contribuir para este desempenho dos mercados financeiros está a atuação dos principais bancos centrais mundiais, no seu apoio incondicional à resposta para a crise provocada pela Covid-19 e que suporta o movimento muito positivo que os mercados financeiros obtiveram nos primeiros seis meses de 2021.

As subscrições líquidas nesta categoria de fundos no mercado português totalizaram 2.218 milhões de euros no período de junho de 2020 a junhos de 2021, a que corresponde uma quota de 59% do total das subscrições efetuadas nos fundos de investimento e suporta a grande adesão dos participantes, que viram nestes fundos uma boa alternativa às restantes aplicações de poupança.

As rendibilidades dos fundos IMGA nesta categoria variaram entre os 4% e os 22,3% conforme o maior peso em ativos de maior volatilidade e risco, como o caso do investimento em ações.

Os fundos multiativos e PPR IMGA apresentaram, no final de junho de 2021, as seguintes rendibilidades e níveis de risco:

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	10,24%	3,88%	3	2,78%	7,01%	4	2,23%	5,64%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	15,67%	5,73%	4	3,88%	10,15%	5	3,53%	8,29%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	22,27%	9,10%	4	5,55%	15,23%	6	5,74%	12,62%	5
IMGA FLEXÍVEL CAT A	7,43%	4,14%	3	2,17%	6,94%	4	1,58%	5,61%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	9,27%	3,91%	3	2,51%	7,05%	4	2,05%	5,67%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	14,12%	5,88%	4	3,48%	10,17%	5	3,22%	8,32%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	13,47%	6,65%	4						
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	12,70%	6,04%	4						
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	8,50%	4,05%	3						
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	4,79%	2,54%	3						
EUROBIC SELEÇÃO TOP	4,10%	2,94%	3						

Fonte: APFIPP, 30 de junho de 2021



INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO

No primeiro semestre de 2021, os fundos multiativos da IMGA apresentavam rendibilidades muito positivas, beneficiando de uma recuperação macroeconómica mais forte do que a esperada, potenciada por um grande esforço de vacinação e pelas medidas de estímulo fiscal e monetário.

Os fundos iniciaram o semestre com um posicionamento que transmitia otimismo na recuperação económica e na vacinação, traduzindo-se numa sobreponderação a dívida *high yield*, dívida de mercados emergentes, ações e alternativos. Por outro lado, as baixas rendibilidades dos segmentos de governos e *investment grade*, associadas à elevada sensibilidade à taxa de juro dos mesmos, num cenário em que se perspetivava um aumento das taxas de juro de longo prazo, levou à sua subponderação. A reabertura progressiva das economias, possibilitada pela generalização da vacinação, em particular nos países mais desenvolvidos, e a implementação das políticas de estímulo fiscal, impulsionaram a retoma económica levando a revisões significativas dos resultados empresariais e a uma redução significativa do risco de incumprimento das mesmas, o que se traduziu em valorizações dos mercados acionistas e estreitamentos dos *spreads* de crédito. A recuperação foi, no entanto, desigual entre setores e geografias, o que permitiu também aos fundos alternativos registarem um comportamento positivo. Por outro lado, a recuperação económica e o aumento da inflação colocaram no radar dos investidores a preocupação com a atuação dos bancos centrais, nomeadamente no que respeita ao fim/redução dos programas de compras de ativos e à subida das taxas de juro, penalizando os segmentos mais expostos ao risco de taxa de juro.

Ao longo do semestre o posicionamento não sofreu alterações significativas, sendo de destacar a alienação da exposição a matérias-primas e a forma ativa como foi gerida a exposição a taxa de juro e cambial, dada a volatilidade registada pelos ativos em questão. Temas como o aumento dos impostos para financiar novos programas de investimento nos EUA, a guerra comercial com a China, o aumento do escrutínio e da legislação aplicável às tecnológicas a nível global e a normalização do crescimento na China, estiveram presentes ao longo do semestre sem um impacto muito relevante, mas devem ser acompanhados.

As perspetivas para o próximo semestre mantêm-se positivas dado que a recuperação económica permanece incompleta, com o PIB da maioria dos países ainda abaixo dos valores pré-pandemia e com muitos postos de trabalho ainda por recuperar. Como tal, é de esperar que a recuperação continue ao longo dos próximos trimestres, acompanhada pelo suporte das autoridades monetárias e fiscais. O maior risco continua a ser a pandemia, nomeadamente o aparecimento de novas estirpes que sejam resistentes às vacinas. Até ao momento tal não aconteceu e o facto de estarem disponíveis vacinas com diferentes tecnologias minimiza este risco. Por outro lado, a inflação e o aumento das taxas de juro também devem continuar a ser monitorizados, dado que podem ter impacto ao nível da valorização das várias classes de ativos. A subida da inflação tem sido maioritariamente proporcionada por componentes voláteis e temporárias relacionadas com a reabertura das economias, mas a mesma pode tornar-se mais persistente, principalmente se começarmos a assistir a um aumento sustentado dos salários. De qualquer forma, o aumento ocorrido nas taxas de juro nos últimos meses, deixou-as a níveis mais atrativos.

No final de junho, o Fundo IMGA Alocação Moderada registou uma rendibilidade a 12 meses de 15,7%, tendo alcançado um valor líquido global de 148,6 milhões de euros, um aumento de 47,6% relativamente aos 100,7 milhões de euros alcançados no período homólogo de 2020.

O Fundo encerrou o primeiro semestre com vendas líquidas positivas de 29,5 milhões de euros, com subscrições de 45 milhões de euros e resgates de 15,5 milhões de euros, apresentando uma rentabilidade efetiva de 7,25%.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

ERROS DE VALORIZAÇÃO

Em 2021, até ao final do mês de junho, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo.

EVENTOS SUBSEQUENTES

No período decorrido entre 30 de junho de 2021 e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

NOTAS INFORMATIVAS

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto IMGA Alocação Moderada

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
Data de Constituição: 14 de agosto de 1995
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.
Valor da Carteira em 30 junho de 2021: 148 636 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

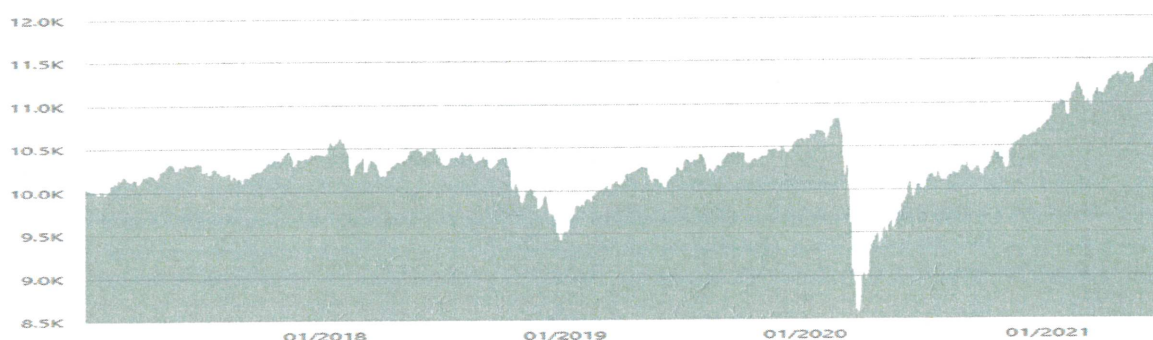
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Jun-21
Rendibilidade	10,4%	6,3%	4,0%	1,4%	0,4%	4,3%	-8,5%	10,9%	2,2%	15,7%
Risco (nível)	3	3	4	4	4	3	4	3	6	4

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a médio/longo prazo com prémio sobre os instrumentos de mercado monetário, através do investimento equilibrado em OICs de investimento de características diversificadas em termos de classes de ativos, instrumentos financeiros, áreas geográficas e em divisas de investimentos. Para a realização desta política, o OIC investirá, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global em unidades de participação de outros OICs de investimento, incluindo OICs de investimento admitidos à negociação nos mercados regulamentados, nomeadamente ETF's (Exchange Traded Funds) ou outros OICs similares. O OIC pode investir em OICs de investimento administrados pela IM Gestão de Ativos. O OIC pode ainda investir noutros organismos de investimento coletivo em valores mobiliários nos termos legais e regulamentares. Até 1/3 do seu valor líquido global, o OIC poderá investir noutros valores mobiliários, em instrumentos do mercado monetário e em depósitos bancários à ordem ou a prazo não superior a 12 meses. O OIC poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 45% do seu valor global. Independentemente das decisões de investimento que, em cada momento, a entidade responsável pela gestão tome como estratégia de investimento de longo prazo, em função das suas expectativas relativamente aos mercados financeiros, o OIC, tendencialmente investido de forma equilibrada nas componentes abaixo descritas, procurará porém não exceder os seguintes limites máximos em percentagem do seu valor líquido global:

Categoria de ativos / fundos	Máximo
Obrigações Taxa fixa	70%
Ações	66%

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	30.06.2021
Nº UP's em circulação	10.951.074,3326	12.099.691,4172	11.780.579,4976	11.693.977,7188	14.681.776,1907
Valor Unitário UP (Euros)	9,1087	8,3293	9,2348	9,4395	10,1238
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	30.06.2021
Nº UP's em circulação					200,4009
Valor Unitário UP (Euros)					5,1015

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	30-Jun-21		2020		2019		2018	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	3.357	7,2	4.230	13,5	8.777	15,3	12.776	7,9
Mercados União Europeia	Alemanha	2.894		2.182		1.995		1.733	
	Áustria					23		241	
	Bélgica							248	
	França	6.249		3.707		8.952		7.769	
	Espanha	2.592		2.713		4.244		5.404	
	Luxemburgo	79.876		60.342		39.178		35.854	
	Irlanda	30.109		20.623		11.784		13.329	
	Itália	4.148		1.894		8.823		253	
	Países Baixos					55		278	
	Grécia	3.093		2.118		2.694			
	Dinamarca					19		56	
Suécia							46		
	<i>sub-total</i>	128.961	37,5	93.578	80,5	82.982	53,6	75.800	37,2
Outros Mercados	EUA	4.423		4.843		13.365		8.216	
	Reino Unido	2.518		2.586		5.215		10.589	
	Suiça					113		205	
	<i>sub-total</i>	6.941	0,0	7.429	12,1	13.478	5,0	8.216	7,2
Total		139.259	44,7	105.237	106,1	105.237	73,9	96.792	52,3

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

30.06.2021	
Valores mobiliários	139.259.474,90
Saldos bancários	7.987.465,49
Outros ativos	4.028.382,80
Total dos ativos	151.275.323,19
Passivos	2.639.739,50
Valor Líquido de Inventário	148.635.583,69

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	1 072 092	14 549	3 101	1 083 540	2 219	1 085 759	1%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	8 589 875	31 910	162 013	8 459 771	33 350	8 493 121	6%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	118 011 997	12 007 607	303 441	129 716 164	-	129 716 164	93%
TOTAL	127 673 964	12 054 066	468 555	139 259 475	35 569	139 295 044	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	68.702
Outros rendimentos	51.678
As mais-valias de investimentos	26.246.613
Custos	
Custos de gestão	(778.647)
Custos de depósito	(31.145)
Outros encargos, taxas e impostos	(79.481)
As menos-valias de investimentos	(16.695.376)
Custos de negociação	(45.515)
Lucro líquido	8.736.828
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	44.994.883
Resgates	(15.481.133)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A		IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2019	108.790.452	9,2348		
31.12.2020	110.385.007	9,4395		
30.06.2021	148.634.561	10,1238	1.022	5,1015

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2020	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2021
Operações Cambiais	1.870.951	-	(5.241.549)	118.831	(3.370.598)
Operações Sobre Taxas de Juro	(10.281.838)	-	(2.541.536)	300.616	(12.823.374)
Operações Sobre Cotações	6.164.133	326.106	(2.913.161)	854.206	3.577.078

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(valores em Euro)		EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020					
DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	30.06.21	31.12.20	Código	Designação	30.06.21	31.12.20
Operações Cambiais				Operações Cambiais			
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros		1 870 951	915	Futuros	3 370 598	
	<i>Total</i>		1 870 951		<i>Total</i>	3 370 598	
Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros	12 823 374	10 281 838
	<i>Total</i>				<i>Total</i>	12 823 374	10 281 838
Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações			
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	6 490 239	14 297 184	935	Futuros	2 913 161	8 133 051
	<i>Total</i>	6 490 239	14 297 184		<i>Total</i>	2 913 161	8 133 051
Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	6 490 239	16 168 135		<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	19 107 132	18 414 888
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	19 107 132	18 414 888	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	6 490 239	16 168 135

Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM JUNHO DE 2021 E JUNHO DE 2020

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	30.06.21	30.06.20	Código	Designação	30.06.21	30.06.20
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	99	435	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	51 677	105 362
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes		158
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	45 515	47 466		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	819 459	661 915	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	68 702	109 612
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	909 124	9 570 410	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 634 994	2 542 225
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	15 786 252	24 989 040	839	Em Operações Extrapatrimoniais	17 611 618	26 284 968
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	67 072	53 060	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>26 366 992</u>	<u>29 042 326</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 643	2 393				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>17 630 164</u>	<u>35 324 718</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		5
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		<u>5</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>8 736 828</u>		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		<u>6 282 388</u>
	TOTAL	<u>26 366 992</u>	<u>35 324 718</u>		TOTAL	<u>26 366 992</u>	<u>35 324 718</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	7 800 735	(6 860 677)	F - E	Resultados Eventuais		5
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	1 825 366	1 295 929	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	8 736 828	(6 282 388)
B-A	Resultados Correntes	8 736 828	(6 282 392)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	8 736 828	(6 282 388)

Demonstração de fluxos de caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores em Euro)				
DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-21		30-jun-20	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		44 994 883		10 976 008
Subscrição de unidades de participação	44 994 883		10 976 008	
...				
PAGAMENTOS:		15 190 772		12 972 960
Resgates de unidades de participação	15 190 772		12 972 960	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		29 804 111		(1 996 952)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		66 883 814		75 323 179
Venda de títulos e outros ativos	7 182 142		24 765 455	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC	59 566 151		50 276 342	
Rendimento de títulos e outros ativos	68 274		101 997	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	67 247		179 384	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		90 327 407		71 784 005
Compra de títulos e outros ativos	9 864 130		25 115 914	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	80 417 342		46 621 883	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	44 775		45 997	
Outras taxas e comissões	739		150	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	420		62	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(23 443 593)		3 539 174
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		74 254 145		66 686 982
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	863 206		422 964	
Operações de taxa de juro	2 680 531		2 359 911	
Operações sobre cotações	13 540 710		23 150 289	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	22 204 670		20 222 634	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	34 965 028		20 531 184	
PAGAMENTOS:		73 962 692		67 983 589
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais	744 375		536 331	
Operações de taxa de juro	2 379 915		2 110 603	
Operações sobre cotações	12 687 159		21 740 593	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	21 384 250		20 757 744	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	36 766 992		22 838 318	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		291 453		(1 296 607)

(Valores em Euro)				
DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-21		30-jun-20	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:			0	159
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	0		158	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		324 239		730 805
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	101		439	
Comissão de gestão	250 172		666 083	
Comissão de depósito	31 057		26 642	
Taxa de supervisão	10 516		8 595	
Impostos e taxas	32 392		29 044	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	0		2	
Fluxo das operações de gestão corrente		(324 239)		(730 647)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:			0	0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:			0	0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		6 327 732		(485 032)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		1 659 733		2 936 730
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		7 987 465		2 451 698

Anexo às demonstrações financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Alocação Moderada – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 14 de agosto de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio/longo prazo com prémio sobre os instrumentos de mercado monetário, através do investimento equilibrado (direta ou indiretamente) em instrumentos financeiros de características diversificadas em termos de classes de ativos, áreas geográficas e divisas.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A..

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de quatro euros e noventa e nove cêntimos.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31.12.2020	(Valores em Euro)						30.06.2021	
		Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros		Resultados do Exercício
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R				
Valor base	58 329 208	22 770 459	1 000	(7 867 410)	-	-	-	73 233 257	
Diferença p/Valor Base	29 113 043	22 223 424	-	(7 613 724)	-	-	-	43 722 743	
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultados acumulados	21 259 559	-	-	-	-	1 683 196	-	22 942 755	
Resultados do período	1 683 196	-	-	-	-	(1 683 196)	8 736 828	8 736 828	
SOMA	110 385 007	44 993 883	1 000	(15 481 133)	-	-	8 736 828	148 635 584	
Nº de Unidades participação									
Categoria A	11 693 978	4 564 434	-	(1 576 635)	-	-	-	14 681 776	
Categoria R	-	-	200	-	-	-	-	200	
Valor Unidade participação									
Categoria A	9.4395	-	-	-	-	-	-	10.124	
Categoria R	-	-	-	-	-	-	-	5.102	

Em 30 de junho de 2021 existiam 39 989 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2021	30-06-21	10.1238	148 634 561	14 681 776	5.1015	1 022	200	148 635 584	14 681 977
	31-05-21	9.9709	139 003 340	13 941 013	5.0236	1 007	200	139 004 346	13 941 213
	30-04-21	9.9168	131 396 138	13 249 869	-	-	-	131 396 138	13 249 869
	31-03-21	9.7919	123 649 791	12 627 884	-	-	-	123 649 791	12 627 884
	28-02-21	9.5878	115 667 905	12 064 176	-	-	-	115 667 905	12 064 176
	31-01-21	9.4734	112 045 591	11 827 419	-	-	-	112 045 591	11 827 419
Ano 2020	31-12-20	9.4395	110 385 007	11 693 978	-	-	-	110 385 007	11 693 978
	30-09-20	8.9540	103 561 510	11 565 952	-	-	-	103 561 510	11 565 952
	30-06-20	8.7522	100 678 015	11 503 251	-	-	-	100 678 015	11 503 251
	31-03-20	7.9144	90 876 258	11 482 533	-	-	-	90 876 258	11 482 533
Ano 2019	31-12-19	9.2348	108 790 452	11 780 579	-	-	-	108 790 452	11 780 579
	30-09-19	9.1273	104 605 875	11 460 814	-	-	-	104 605 875	11 460 814
	30-06-19	8.9508	107 646 065	12 026 438	-	-	-	107 646 065	12 026 438
	31-03-19	8.6336	104 189 207	12 067 943	-	-	-	104 189 207	12 067 943

Em 30 de junho de 2021, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	2	-
UPs < 0.5%	6 814	1
TOTAL	6 816	1

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	(valores em Euro)
						SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Títulos dívida Pública						
PGB 0.475% 18/10/30	553 291	14 549	-	567 840	1 858	569 698
PGB 1.95% 15/06/29	518 801	-	(3 101)	515 700	361	516 061
	1 072 092	14 549	(3 101)	1 083 540	2 219	1 085 759

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
<i>-Títulos dívida Pública</i>						
BTPS 0.6% 01/08/31	1 104 657	-	(25 183)	1 079 475	2 706	1 082 181
BTPS 0.95% 01/03/37	2 012 159	-	(79 599)	1 932 560	6 393	1 938 953
BTPS 1.65% 01/12/30	1 161 458	-	(25 883)	1 135 575	1 377	1 136 952
FRTR 0.5% 25/06/44	696 024	-	(27 069)	668 955	48	669 003
GGB 2% 22/04/27	1 180 852	1 573	-	1 182 425	4 045	1 186 470
Hellenic Republic 0% 12/02/26	813 325	5 117	-	818 442	-	818 442
Hellenic Republic 1.875% 23/07/26	1 066 870	25 220	-	1 092 090	17 568	1 109 658
SPGB 1.45% 30/04/29	554 530	-	(4 280)	550 250	1 212	551 462
	8 589 875	31 910	(162 013)	8 459 771	33 350	8 493 121
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliadas em Portugal</i>						
IMGA European Equities - FIM	287 111	9 525	-	296 636	-	296 636
IMGA Iberia Equities - FIM	164 295	7 599	-	171 893	-	171 893
IMGA Iberia Fixed Income - FIM	131 021	2 761	-	133 782	-	133 782
IMGA Liquidez - FIM	380 177	278	-	380 455	-	380 455
IMGA Rendimento Mais - FIM	1 278 960	12 102	-	1 291 062	-	1 291 062
	2 241 564	32 264	-	2 273 828	-	2 273 828
<i>OIC domiciliadas Estado membro UE</i>						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portf	3 115 304	153 432	-	3 268 736	-	3 268 736
AXA World Funds US High Yield Bonds	1 364 014	33 608	-	1 397 622	-	1 397 622
Aberdeen Standard SICAV I - European E	3 622 985	542 049	-	4 165 034	-	4 165 034
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Ma	1 272 873	127 198	-	1 400 071	-	1 400 071
Algebris UCITS Funds plc-Algebris Financi	1 424 620	46 143	-	1 470 762	-	1 470 762
BGF-US Dollar Core BD - I2 EURH	973 368	19 923	-	993 291	-	993 291
BlackRock Global Funds United Kingdom	642 218	103 589	-	745 807	-	745 807
Carmignac Portfolio- Long-Short Europe	2 319 285	118 436	-	2 437 720	-	2 437 720
Comgest Growth EME Mkt-EIA EUR	179 221	5 886	-	185 107	-	185 107
DWS Invest-CROCI Japan	1 362 629	20 529	(26 455)	1 356 703	-	1 356 703
GAMCO International SICAV - Merger Ar	2 363 973	83 712	-	2 447 685	-	2 447 685
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	225 859	-	-	225 859	-	225 859
JO Hambro Capital Management Umbrel	2 460 396	449 237	-	2 909 633	-	2 909 633
Janus Henderson HF-Euroland FD I2 EUR	2 410 002	542 137	-	2 952 139	-	2 952 139
Janus Henderson HRZN EUR HY BO-I2EU	875 796	1 590	-	877 386	-	877 386
LYXOR EPSILON GLOBAL TR-IE	1 615 901	-	(19 033)	1 596 868	-	1 596 868
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	854 785	-	(43 452)	811 333	-	811 333
Lindsell Train Global Funds PLC - Japanes	1 397 088	65 327	(48 753)	1 413 662	-	1 413 662
Liontrust Global Funds PLC-UK Growth F	633 627	97 562	-	731 189	-	731 189
Magna New Frontiers FD-NE	1 099 781	381 730	-	1 481 511	-	1 481 511
NN L-Euro Credit -IC	3 486 906	74 937	-	3 561 844	-	3 561 844
Oddo Avenir Europe-B	1 091 972	404 123	-	1 496 095	-	1 496 095
Pictet- Short Term Emerging Corporate B	2 913 671	43 421	-	2 957 092	-	2 957 092
T. Rowe Price-US SML	705 016	308 364	(11 442)	1 001 937	-	1 001 937
TT EMERGING MRKTS EQ-I	166 061	22 217	-	188 278	-	188 278
Vanguard-Euroz IN LK IND-IN - UCITS	2 132 575	75 478	-	2 208 053	-	2 208 053
Wellington-US Research Eq-A	151 333	15 345	(1 108)	165 570	-	165 570
Intermoney Variable Euro	1 970 414	70 910	-	2 041 324	-	2 041 324
ARTEMIS LUX US SELECT I USD CAP	147 876	16 736	-	164 612	-	164 612
Allianz China A Shares IT Eur	1 829 305	430 305	-	2 259 610	-	2 259 610
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	226 915	3 108	-	230 023	-	230 023
Assenagon Alpha Volatility I	823 231	-	(36 389)	786 842	-	786 842
BGF-USD HIGH YLD BD HED-ED2	1 362 066	41 699	-	1 403 765	-	1 403 765
BNY Mellon Emerging Markets Corporat	2 779 024	152 817	-	2 931 841	-	2 931 841
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	132	2	-	135	-	135
DPAM L-Bonds EUR Corporate High Yield	1 442 544	22 134	-	1 464 678	-	1 464 678
European Specialist Investment funds M	3 522 061	40 557	-	3 562 618	-	3 562 618
Fidelity - Asian Spec - Y A Eur	1 334 758	301 511	-	1 636 269	-	1 636 269
Fidelity Fund-Emer M YA EUR	166 966	21 444	-	188 410	-	188 410
First St Asian Eq PI - III - A USD	1 481 538	246 592	(12 105)	1 716 025	-	1 716 025
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	2 393 007	51 824	-	2 444 831	-	2 444 831
JPM Japan Equity (C) ACC EUR	1 296 991	108 201	-	1 405 193	-	1 405 193
JPM US SM Companies C Accused	771 928	251 206	(29 068)	994 066	-	994 066
JPMorgan Investment Funds - US Bond F	855 895	103 649	(2 863)	956 680	-	956 680
JPMorgan Investment Funds -Global Mad	2 401 643	58 600	-	2 460 243	-	2 460 243
LFP - La Francaise Sub Debt C EUR ACC	1 458 239	115 382	-	1 573 621	-	1 573 621

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	(valores em Euro)	
					Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
MFS Meridian-European Equity Fund	3 549 338	612 160	-	4 161 498	-	4 161 498
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fu	3 392 687	170 298	-	3 562 985	-	3 562 985
Morgan Stanley Investment Funds- loba	2 666 678	507 312	(26 305)	3 147 685	-	3 147 685
NORDEA 1 EUR HGH YLD-BI-EUR	1 150 953	21 509	-	1 172 462	-	1 172 462
Natixis International Funds Lux I-Loomis	2 954 141	14 623	-	2 968 764	-	2 968 764
Nordea I Sic - Corp BD-BI-EUR	3 499 993	62 487	-	3 562 480	-	3 562 480
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	384	2	-	386	-	386
Pictet-Global Environmental Opportuniti	3 743 121	786 190	-	4 529 311	-	4 529 311
Schroder Intl Eur GV BD C AC	340	35	-	375	-	375
Standard Life Investments Global SICAV -	1 002 279	478 391	-	1 480 670	-	1 480 670
T.ROWE PRICE-US EQUITY FUND(I)	133 443	34 179	-	167 621	-	167 621
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	943 373	49 349	-	992 722	-	992 722
Threadneedle European SE-9EEUR	2 236 830	700 392	-	2 937 222	-	2 937 222
Threadneedle Lux - European Smaller Co	1 031 870	421 902	-	1 453 772	-	1 453 772
Threadneedle UK Fund - £ZNA	638 056	85 310	-	723 366	-	723 366
Veritas Asian Fund C EUR ACC	1 577 415	191 368	-	1 768 783	-	1 768 783
WILLIAM BLAIR-US SM-JC USD	748 651	265 003	(18 119)	995 535	-	995 535
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	1 641 636	46 202	-	1 687 838	-	1 687 838
Lyxor ETF S&P 500-A	737 228	85 094	-	822 322	-	822 322
UBS ETF-Bloomberg Barclays US Liquid C	1 493 735	-	(28 350)	1 465 386	-	1 465 386
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	737 163	82 082	-	819 245	-	819 245
	101 005 104	10 386 534	(303 441)	111 088 197	-	111 088 197
<i>OIC domiciliados E. não membro UE</i>						
Acadian European Equity-UCITS	3 345 230	841 126	-	4 186 356	-	4 186 356
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EU	393 510	1 159	-	394 669	-	394 669
Ishares \$ TIPS UCITS ETF	1 392 590	48 722	-	1 441 313	-	1 441 313
iShares Edge MSCI Europe Value Factor U	4 236 288	256 338	-	4 492 626	-	4 492 626
iShares Edge MSCI World Value Factor U	4 157 609	251 244	-	4 408 853	-	4 408 853
iShares S&P 500 Financials Sector UCITS	1 240 102	190 219	-	1 430 322	-	1 430 322
	-	-	-	-	-	-
	14 765 329	1 588 809	-	16 354 138	-	16 354 138
TOTAL	127 673 964	12 054 066	(468 555)	139 259 475	35 569	139 295 044

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

Descrição	(valores em Euro)			
	31.12.2020	Aumentos	Reduções	30.06.2021
Depósitos à ordem	1 659 733	203 109 858	196 782 126	7 987 465
TOTAL	1 659 733	203 109 858	196 782 126	7 987 465

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) O valor das unidades de participação será calculado com base no último valor divulgado e/ou conhecido no momento de referência.
- f) O valor das unidades de participação admitidas à negociação em mercado será avaliado com base no último preço de mercado disponível no momento de referência. Não existindo ou não sendo representativo, utilizar-se-á o último valor conhecido e/ou divulgado pela respetiva sociedade gestora, ou, na impossibilidade da sua obtenção, aplicar-se-á o disposto na alínea j).
- g) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

- h) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- i) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- j) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- k) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- l) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2021 o OIC tem contratado junto do Millennium BCP uma conta corrente no valor de 200.000€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2021, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
CHF	695	-	-	-	-	-	695
DKK	2 862	-	-	-	-	-	2 862
GBP	1 889 361	-	-	-	-	-	1 889 361
JPY	352 496 093	-	-	-	-	-	352 496 093
SEK	489	-	-	-	-	-	489
USD	23 069 753	-	(4 005 619)	-	-	(4 005 619)	19 064 134
Contravalor Euro	24 297 445	-	(3 370 598)	-	-	(3 370 598)	20 926 846

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2021, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	(12 823 374)	-	(12 823 374)
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	818 442	-	-	-	-	818 442
de 5 a 7 anos	2 296 128.87	-	-	-	-	2 296 129
mais de 7 anos	6 464 309.17	-	-	-	-	6 464 309

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2021, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	-	3 577 078	-	3 577 078
UP's	129 716 164	-	-	129 716 164

14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2021 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	809 791	0.64%	2	0.18%
Comissão de Depósito	32 391	0.03%	0	0.00%
Taxa de Supervisão	9 244	0.01%	0	0.00%
Custos de Auditoria	2 642	0.00%	0	0.00%
Encargos outros OIC	436 966	0.35%	1	0.11%
Outros Custos Correntes	1 163	0.00%	0	0.00%
TOTAL	1 292 197		3	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		1.03%		0.29%

(1) Média relativa ao período de referência

Relatório de Auditoria

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Alocação Moderada – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o "OIC") sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 151 275 323 euros e um total de capital do OIC de 148 635 584 euros, incluindo um resultado líquido de 8 736 828 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Alocação Moderada – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2021, cerca de 92% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido na Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento da CMVM nº3/2020).</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quias as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 10 de maio de 2016 para completar o mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 25 de julho de 2018 para um segundo mandato compreendido entre os anos de 2018 e 2020. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 30 de junho de 2021 para um novo mandato compreendido entre os anos de 2021 e 2023;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 30 de agosto de 2021;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro (república pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro), deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2021



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)